



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
Sustentável

SUPRAM LESTE MINEIRO - Diretoria Regional de Regularização
Ambiental

Parecer nº 29/SEMAD/SUPRAM LESTE-DRRA/2023

PROCESSO Nº 1370.01.0017769/2023-69

Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 29/2023

Nº DOCUMENTO DO PARECER ÚNICO VINCULADO AO SEI:64646596

PA COPAM SLA Nº: 3394/2022

SITUAÇÃO: Sugestão pelo Deferimento

EMPREENDEDOR: OLIVEIRA & CUNHA TRANSPORTES LTDA.

CPF/CNPJ: 11.476.545/0001-95

EMPREENDIMENTO: OLIVEIRA & CUNHA TRANSPORTES LTDA

CPF/CNPJ: 11.476.545/0001-95

ENDEREÇO: Fazenda Jambro

MUNICÍPIO(S): Rio Piracicaba -MG

ZONA: Rural

COORDENADAS GEOGRÁFICAS: Latitude 19° 52' 16,05" S e Longitude 43° 5' 9,90" W.

CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE: Localização em Biosfera da Mata Atlântica (zona de transição)

| CÓDIGO: | ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/17): | CLASSE | PARÂMETRO |
|-----------|---|--------|----------------------|
| F-01-09-5 | Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de outros resíduos não listados ou não classificados | 2 | Área útil de 0,2 ha |
| C-03-01-8 | Secagem e salga de couros e peles | | Área útil de 0,73 ha |

CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:

REGISTRO/ART:

Erica Brito Castanheira

CREA MG294361 ART nº 20210447231

AUTORIA DO PARECER

MATRÍCULA

Mary Aparecida Alves de Almeida
Gestora Ambiental

806.457-8

De acordo: Lirriet de Freitas Libório Oliveira
Diretora Regional de Regularização Ambiental

1523165-7



Documento assinado eletronicamente por **Lirriet de Freitas Libório Oliveira**, **Diretor (a)**, em 24/04/2023, às 11:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Mary Aparecida Alves de Almeida**, **Servidor(a) Público(a)**, em 25/04/2023, às 10:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **64637621** e o código CRC **499FE9A2**.

Referência: Processo nº 1370.01.0017769/2023-69

SEI nº 64637621



Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº29/2023 SEI 64637621

O empreendedor OLIVEIRA & CUNHA TRANSPORTES LTDA., inscrito no CNPJ sob nº11.476.545/0001-95, pretende atuar no ramo das atividades industriais e o gerenciamento de resíduos e serviços, exercendo suas atividades no município de Rio Piracicaba –MG.

Em 30/08/2022, foi formalizado, no Sistema de Licenciamento Ambiental - SLA, o processo administrativo nº 3394/2022 de Licenciamento Ambiental Simplificado - LAS, via Relatório Ambiental Simplificado - RAS. O processo de licenciamento em tela objetiva a operação das atividades “F-01-09-5 Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de outros resíduos não listados ou não classificados”, com área útil de 0,2 ha e “C-03-01-8 Secagem e salga de couros e peles”, com área útil de 0,73 ha. O empreendimento foi enquadrado como classe 2, com incidência de critério locacional – Peso 1 (um), o que justifica a modalidade Licenciamento Ambiental Simplificado com Relatório Ambiental-LAS/RAS, em consonância às determinações da DN nº. 217/2017.

Após análise preliminar, para melhor instrução processual, foram solicitadas informações complementares em 18/01/2023 por meio do SLA, sendo estas entregues tempestivamente em 17/02/2023. Pontua-se que foi necessário solicitar reiteração de informações complementares nos quais foram atendidas em 14/04/2023.

A área para o desenvolvimento das atividades localiza-se no imóvel denominado Fazenda Jambro, zona rural do município de Rio Piracicaba/Bela Vista de Minas/MG e está inserida nos limites do bioma Mata Atlântica- Mapa IBGE 2019/IDESISEMA e tem como referência as coordenadas geográficas Latitude 19° 52' 16,05" S e Longitude 43° 5' 9,90" W.

Figura 01. Localização da ADA pelo empreendimento.



Fonte: IDE SISEMA. 2023.

Na caracterização do empreendimento foi informado que não haverá necessidade de realizar intervenções



ambientais previstas no Decreto Estadual n. 47.749/ 2019.

Conforme arquivos vetoriais da ADA proposta para a implantação/operação do empreendimento, verificou-se nas imagens disponibilizadas pelo Google Earth que no período compreendido entre 2011 a 2013, ocorreu supressão de vegetação na Ada do empreendimento, sendo informado pelo empreendedor que a compra do imóvel foi realizada em 2017 e que anteriormente o proprietário realizava o plantio de eucalipto, portanto, há indícios que supressão ocorrida é de espécies exóticas.

O empreendimento se localizará nos limites do imóvel rural “Jambro”, sendo apresentado a Declaração de Posse registrada no 3º Tabelionato de Notas de Belo Horizonte-MG, com área de 8,03 ha (oito hectares, e três ares) no município de Rio Piracicaba, tendo como proprietária Sra. Dalva Cunha de Oliveira. Pontua-se que a proprietária do imóvel é a responsável legal do empreendimento objeto do licenciamento em questão.

Por tratar-se de imóvel rural, o empreendedor apresentou o recibo de inscrição do Cadastro Ambiental Rural – CAR (MG-3106002-26F5.E224.F264.43D4.8E62.FB6E.4C6C.DC65), no qual consta declarado que o imóvel denominado Jambro possui área total de 65,24ha, 3,88ha com remanescente de vegetação nativa e 61,34 ha de área consolidada. A área declarada como APP é de 2,83 ha e reserva legal proposta de 3,89ha que corresponde a 5,95%, não havendo sobreposição entre a reserva legal ou APP e a ADA.

Pontua-se que, a RL é inferior a 20% da área total do imóvel, contudo, conforme previsto no art. 40 da Lei Estadual 20992/2013, os imóveis rurais que detinham, em 22/07/2008, área de até quatro módulos fiscais e que possuam remanescente de vegetação nativa em percentuais inferiores a 20% (vinte por cento), a Reserva Legal será constituída com a área ocupada com a vegetação nativa existente, vedadas novas conversões para uso alternativo do solo, ainda, verificou-se não haver sobreposição entre a reserva legal e/ou APP e a ADA.

Figura 02. Localização da ADA pelo empreendimento, da Reserva legal e APP.



Polígonos: ADA (vermelho), RL (verde), APP (azul) e Área do imóvel rural (laranja).

Fonte: Google Earth Pro, 2023 (Adaptado pela SUPRAM LM de acordo arquivos vetoriais do SICAR).



Desta forma, considerando o enquadramento da situação de titularidade e diante da competência atribuída por força do inciso III, art. 5º da Resolução Conjunta SEMAD/IEF n. 3.132, de 07 de abril de 2022 c/c o inciso IV, art. 46 do Decreto Estadual n. 47.892, de 23 de março de 2020, salvo melhor juízo, deve ser aguardada a manifestação do órgão ambiental competente (IEF) acerca da análise e aprovação do respectivo procedimento de regularização (CAR), devendo ser observado o que estabelece o art. 4º da Resolução Conjunta SEMAD/IEF n. 3.132/2022.

Em relação aos critérios locacionais e ou fatores de restrição/vedação definidos pela DN 217/2017, constatou-se na Infraestrutura de Dados Espaciais do Sistema Estadual de Meio Ambiente Recursos Hídricos (IDE-SISEMA) que incidem na ADA localização em Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e (zona de transição) o que justifica o critério locacional 1(um). Dessa forma, nos termos da DN 217/2017, foi apresentado o estudo específico, elaborado por profissional habilitado¹, conforme termo de referência da SEMAD, demonstrando as medidas para mitigar/minimizar a implantação do empreendimento para que este não altere e/ou afete RBMA.

O empreendimento está inserido na Circunscrição Hídricos – CH DO2 do Rio Piracicaba, Bacia hidrográfica federal do Rio Doce. Para atender a demanda hídrica de 16 m³/mês, o empreendimento realizará captação em nascente de 2,80 m³/dia, autorizada pela Certidão de Uso Insignificante nº0387664/2023. Verificou-se na plataforma IDE/SISEMA, a existência do recurso hídrico, Córrego Barroso, na área do imóvel. De acordo o Enquadramento de corpos d'água da Circunscrição Hidrográfica do rio Piracicaba o curso d'água é de Classe 1, sendo que nos RAS informa que não haverá lançamento de efluentes no corpo hídrico.

A Área Diretamente Afetada-ADA pelo empreendimento terá 0,73 ha. As infraestruturas que irão compor o empreendimento são: salgadeiras, balança de pesagem, administrativo/dispensa, lavador de veículos, galpão de armazenamento de resíduos e sistemas de tratamento de efluentes.

Para o desenvolvimento das atividades o empreendimento conta com a colaboração de 03(três) funcionários, em um turno com jornada de 05h, em regime operacional de 06(seis) dias semanais. As matérias primas e insumos necessários no processo produtivo são: couro (1.000 peças/mês) sal (Cloreto de sódio): 200 kg/mês. Ainda, será utilizado 04(quatro) Caminhões de pequeno porte e 02(dois) caminhonetes.

A operação do empreendimento consiste na a salga de couro, com o objetivo de manter a conservação do couro por longo prazo. No processo primeiramente ocorre o recebimento do couro, este é armazenado na área destinada para salga. O processamento no empreendimento é dividido em três fases que consistem em ribeira(operações de limpeza e preparação da pele para o curtimento), curtimento (etapas de difusão e fixação de sal; e expedição.

O Curtimento que consiste na salga, é realizada a seco, distribui-se sal (cloreto de sódio) entre as peles frescas, enquanto se faz seu empilhamento de modo que o couro fique completamente esticado, em seguida passará por um período de secagem, sendo que o produto será armazenado até o transporte final, aproximadamente 7 dias após o recebimento da matéria prima. O empreendimento possui capacidade para produção de 27 (vinte e sete) peças de couro diariamente.

O sal utilizado no processo de salgar os couros é armazenado em sacos lacrados, em um local fechado

¹ Erica Brito Castanheira ART MG20210475916



(container) e revestido com material cerâmico, a fim de prevenir risco de contaminação do solo e água, ainda, o sal para ser utilizado deverá ser protegido da chuva e umidade do solo.

No licenciamento em tela também foi solicitado a atividade F-01-09-5 Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de outros resíduos não listados ou não classificados” (F-01-09-5). Na fase de ribeira os resíduos gerados (orelha, rabo e tetas de bovinos) serão acondicionados em bombonas e armazenados em container refrigerados de específicos para o armazenamento de resíduos, por tempo de no máximo 3 dias, para a coleta e destinação adequada da empresa especializadas (Indústria de Rações Patense), sendo que a mesma deverá ser devidamente licenciada.

Em relação à drenagem do empreendimento, nos autos o processo consta o Projeto ² Executivo e de Drenagem das instalações do empreendimento.

Os principais aspectos/ impactos ambientais negativos, inerentes às atividades de implantação operação do empreendimento são apresentados a seguir:

Efluentes líquidos: os efluentes líquidos gerados no empreendimento têm origem nas estruturas de apoio e processo produtivo, sendo efluentes sanitários, efluentes oleosos gerado no lavador e o efluente do processo produtivo gerado no depósito de couros. Os efluentes sanitários são destinados à fossa séptica, e os efluentes oleosos para caixa SAO a serem instalados.

Em relação aos efluentes do processo produtivo será gerado pequena quantidade de efluente líquido (salmoura) na salga de couros aproximadamente (0,05 m³/dia), na área de salga será construída canaletas que direcionarão o efluente para fossa séptica.

Em relação aos efluentes líquidos sanitários, cabe ressaltar que estes após o tratamento são lançados no sumidouro. Considerando as disposições do art. 23 e do art. 48 DN COPAM/CERH-MG nº 08/2022 no que se refere à disposição de efluentes no solo de que estes não podem causar poluição ou contaminação das águas e que o lançamento em solo será objeto de deliberação específica.

Desse modo, considerando os possíveis impactos ambientais nas águas superficiais e/ou subterrâneas ocasionados pelo lançamento de efluentes no solo, e ainda, conforme a proposta de monitoramento apresentada pelo empreendedor, a fim de verificar a eficiência do sistema de tratamento a Supram Leste não faz objeção à apresentação do monitoramento.

Resíduos sólidos: Os resíduos gerados na operação são especificamente resíduos de natureza doméstica de classe IIA (recicláveis, não recicláveis e orgânicos) e resíduos do processo produtivo (Orelha, rabo e tetas de bovinos). Os resíduos domésticos serão coletados pela prefeitura municipal de Rio Piracicaba e os resíduos do processo produtivo serão destinados para empresa terceirizada conforme já mencionado.

Ainda, devido às obras de implantação das estruturas de apoio ocorrerá a geração de resíduos de construção civil (RCC) com destinação dos resíduos para empresas licenciadas ambientalmente.

Registra-se que o empreendedor deverá apresentar as Declarações de Movimentação de Resíduos-DMR conforme prazos estabelecidos na referida DN COPAM nº232/2019.

Emissões atmosféricas: nas atividades ocorrem emissões atmosféricas que consistem em gases e materiais particulados gerados pelo tráfego de veículos utilizados transporte do material e a emissão de gases odoríficos no processo produtivo.

² Caio Patrício de Almeida ART MG20210674501



Como forma de mitigar as emissões dos veículos será realizada manutenção preventiva. Em relação aos gases odoríferos ocorrerá a manutenção do pH do efluente da fossa séptica, e, o odor poderá ser mitigado com neutralizadores de odor, propõe-se ainda, como medida de controle, o cortinamento arbóreo entorno do empreendimento.

Erosão: De acordo o RAS a Área Diretamente Afetada-ADA não será susceptível a processos erosivos em função da implantação das atividades.

Contaminação dos recursos hídricos e do solo: As atividades do empreendimento poderão ocasionar possíveis contaminações no solo e/ou recurso hídrico, estas serão mitigadas com o gerenciamento dos resíduos sólidos e os sistemas de tratamento de efluentes. As atividades realizadas pelo empreendimento são consideradas como “atividade com potencial de contaminação do solo”, conforme Anexo II da Deliberação Normativa COPAM nº. 116/2008, sendo assim foi apresentado a declaração de inexistência de áreas suspeitas de contaminação ou contaminadas emitida pela Gerência de Áreas Contaminadas/FEAM (protocolo: DI-0015852/2023.).

Cita-se, ainda, que não foram identificados e registrados no RAS outros impactos ambientais relevantes que possam estar associados à operação do empreendimento, sendo as medidas propostas consideradas satisfatórias à mitigação, fato esse que corrobora para o posicionamento técnico favorável ao deferimento da licença ambiental pleiteada.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e demais documentos apresentados sugere-se o deferimento da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento “OLIVEIRA & CUNHA TRANSPORTES LTDA” do município de Rio Piracicaba- MG, para as atividades “F-01-09-5 Central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de outros resíduos não listados ou não classificados e “C-03-01-8 Secagem e salga de couros e peles, pelo prazo de 10(dez) anos, licença essa vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.

Oportuno advertir ao empreendedor que o descumprimento de todas ou quaisquer condicionantes previstas ao final deste parecer único (Anexo I) e qualquer alteração, modificação e ampliação sem a devida e prévia comunicação a Supram Leste Mineiro, tornam o empreendimento em questão passível de autuação.

Este parecer foi elaborado com base nas informações contidas nos relatórios, estudos ambientais e projetos apresentados. Sendo que a Superintendência Regional de Meio Ambiente do Leste Mineiro, não possui responsabilidade técnica e jurídica sobre tais, desta forma, a elaboração, instalação e operação, assim como a comprovação quanto à eficiência destes de inteira responsabilidade da (s) empresa (s) responsável (is) e/ou seu (s) responsável (is) técnico (s).

Conforme Instrução de Serviço SISEMA nº. 01/2018, na modalidade de Licenciamento Ambiental Simplificado com apresentação de Relatório Ambiental Simplificado – LAS/RAS, a análise do referido relatório foi realizada em fase única pela equipe técnica, com a conferência documental pelo Núcleo de Apoio Operacional da Supram. Sendo assim, este Parecer Técnico refere-se, exclusivamente a questões técnicas relativas ao pedido de licença ambiental, não abarcando a análise documental, administrativa, jurídica ou de conveniência e oportunidade da Administração Pública.



ANEXO I

Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento OLIVEIRA & CUNHA TRANSPORTES LTDA" do município de Rio Piracicaba- MG.

| Item | Descrição da Condicionante | Prazo* |
|------|---|---|
| 01 | Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes. | Durante a vigência da licença |
| 02 | Informar ao órgão ambiental o início da implantação /operação do empreendimento | Até 30 dias após a instalação do empreendimento |
| 03 | Apresentar relatório fotográfico (fotos datadas) da instalação das estruturas de apoio e das medidas de controle implantas (fossa séptica, caixa SAO, sistema de drenagem) | Até 30 dias após a instalação do empreendimento |
| 04 | Apresentar a licença Ambiental do Aterro de Construção Civil que serão destinados os resíduos da construção das estruturas de apoio | Até 30 dias após a emissão da licença |
| 05 | Apresentar acordo ou contrato com o município de Rio Piracicaba responsável pela coleta e destinação final dos resíduos, bem como, a respectiva licença Ambiental do Aterro Sanitário Municipal que serão destinados os resíduos classe II A. | Até 30 dias a emissão da licença. |
| 06 | Apresentar a licença Ambiental da empresa responsável pela coleta de destinação final dos resíduos do processo produtivo. | Até 30 dias a emissão da licença |
| 07 | Promover, sempre que necessário, a renovação dos documentos autorizativos de uso água, enviando a Supram Leste Mineiro, <u>até 30 (trinta) dias após cada revalidação do certificado</u> , cópia do documento. | Durante a vigência da licença |



| | | |
|----|--|--|
| 08 | Implantar cortinamento arbóreo no entorno do empreendimento no primeiro período chuvoso após a concessão da licença, devendo tal ação ser comprovada perante à Supram Leste Mineiro até 30 dias após a conclusão do plantio. O empreendedor deverá ainda, apresentar anualmente, no mês subsequente à concessão da licença, relatório descritivo e fotográfico, demonstrando as ações executadas na manutenção do plantio. | Durante a vigência da licença (manutenção) |
|----|--|--|

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

OBS: O cumprimento das condicionantes estabelecidas neste parecer deverá ser protocolado junto ao processo SEI nº 1370.01.0017769/2023-69.

IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da SUPRAM LM, face ao desempenho apresentado;

Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.

ANEXO II

Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento OLIVEIRA & CUNHA TRANSPORTES LTDA” do município de Rio Piracicaba- MG.

1.Efluentes Líquidos

| Local de amostragem | Parâmetro | Frequência de Análise |
|---|--|-----------------------|
| Entrada e Saída dos Sistemas de tratamento sanitário (tanque séptico) | Vazão, Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) ¹ , Demanda Química de Oxigênio (DQO) ¹ , pH, sólidos em Suspensão Totais (SST), Sólidos Sedimentáveis (SS), substâncias tenso ativas que reagem com azul de metileno (Surfactantes), óleos minerais e óleos | <u>Semestralmente</u> |



| | | |
|------------------------------|---|--|
| | vegetais e gorduras animais. | |
| Entrada e Saída da Caixa SAO | Vazão, DQO, pH, Sólidos em Suspensão Totais (SST), Sólidos Sedimentáveis (SS), substâncias tensoativas que reagem com Semestral azul de metileno (Surfactantes) | |

(1) O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros DBO e DQO pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Para os demais parâmetros deverá ser realizada amostragem simples.

Relatórios: Enviar, anualmente, todo mês de maio, a SUPRAM LM, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem, além da produção industrial e do número de empregados no período. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 216/2017, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.

Método de análise: Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater*, APHA-AWWA, última edição.

2. Resíduos Sólidos e Rejeitos

2.1 Resíduos sólidos e rejeitos abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar, semestralmente, a Declaração de Movimentação de Resíduo – DMR, emitida via Sistema MTR-MG, referente às operações realizadas com resíduos sólidos e rejeitos gerados pelo empreendimento durante aquele semestre, conforme determinações e prazos previstos na Deliberação Normativa COPAM nº 232/2019.

Prazo: Conforme disposto na DN COPAM nº 232/2019.

2.2 Resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar, semestralmente, relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados conforme quadro a seguir ou, alternativamente, a DMR, emitida via Sistema MTR-MG.



Prazo: Conforme disposto na DN COPAM nº 232/2019.

| RESÍDUO | | | | TRANSPORTADOR | | DESTINAÇÃO FINAL | | | QUANTITATIVO TOTAL DO SEMESTRE (Tonelada/semestre <input type="checkbox"/>) | | | OBS. |
|---|--------|--------|--------------------------|---------------|-------------------|------------------|--|------------------------------|---|-------------------|-----------------------|------|
| | | | | | | | | | | | | |
| Denominação e código da lista IN IBAMA 13/2012 | Origem | Classe | Taxa de geração (kg/mês) | Razão social | Endereço completo | Tecnologia (*) | Destinador / Empresa responsável | | Quantidade Destinada | Quantidade Gerada | Quantidade Armazenada | |
| | | | | | | | Razão social | Endereç o complet o | | | | |
| | | | | | | | | | | | | |

(*)1- Reutilização

2 - Reciclagem

3 - Aterro sanitário

4 - Aterro industrial

5 - Incineração

6 - Co-Processamento

7 - Aplicação no solo

8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)

9 - Outras (especificar)

• O programa de automonitoramento dos resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG, que são aqueles elencados no art. 2º da DN COPAM nº 232/2019, deverá ser apresentado, semestralmente, em apenas uma das formas supracitadas, a fim de não gerar duplicidade de documentos.

• O relatório de resíduos e rejeitos deverá conter, no mínimo, os dados do quadro



supracitado, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

- As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor.
- As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor, para fins de fiscalização.